

PMDFCI – CADERNO II
PLANO DE AÇÃO

Município de Proença-a-Nova



Proença-a-Nova, 27/11/2012

Índice

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI) -----	1
1.1. Diagnóstico (informação de base) — Caderno I -----	1
1.2. Plano de ação — Caderno II -----	2
1.3. Plano operacional municipal (POM) — Caderno III -----	3
1.4. Os principais objetivos do PMDFCI -----	3
2. Modelos de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa contra incêndios florestais -----	4
2.1. Mapa dos combustíveis florestais -----	4
2.2. Mapa de perigosidade de incêndio florestal -----	4
2.3. Mapa de risco de incêndio florestal -----	4
2.4. Mapa de prioridades de defesa -----	4
3. Objetivos e metas do PMDFCI -----	5
3.1. Tipologia -----	5
3.2. Objetivos e metas do PMDFCI -----	5
4. Eixos estratégicos -----	6
5. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (1.º Eixo estratégico) -----	6
5. 1. Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios -----	8
5.1.1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível -----	8
5.1.2. Rede viária florestal (RVF) -----	8
5.1.3. Rede de pontos de água (RPA) -----	9
5.1.4. Silvicultura preventiva no âmbito da DFCI -----	9
5.2. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico, rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal e rede de pontos de água -----	9
5.2.1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível -----	10
5. 2.2. Rede viária florestal -----	11
5.2.3. Rede de pontos de água -----	11

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

5.2.4. Metas e indicadores - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova -----	14
5.2.5. Orçamento e responsáveis - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova -----	16
6. Redução da incidência dos incêndios (2.º Eixo estratégico) -----	18
6. 1. Avaliação -----	19
6.1.1. Comportamentos de risco -----	19
6.1.2. Fiscalização -----	21
6. 2. Planeamento de ações -----	21
6.2.1. Sensibilização -----	21
6.2.2. Fiscalização -----	23
6.2.3. Metas e indicadores -----	23
6.2.4. Orçamento e responsáveis -----	24
7. Melhoria da eficácia de ataque e da gestão de incêndios (3.º Eixo estratégico) -----	24
7. 1. Avaliação -----	25
7.1.1. Vigilância e deteção -----	25
7.1.2. 1.ª Intervenção -----	26
7.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio -----	28
7. 2. Planeamento de ações -----	28
7.2.1. Metas e indicadores -----	28
7.2.2. Orçamento e responsáveis -----	31
8. Recuperar e reabilitar os ecossistemas (4.º Eixo estratégico) -----	32
8. 1. Avaliação -----	32
8.1.1. Estabilização de emergência -----	32
8.1.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais -----	33
8. 2. Planeamento de ações -----	33
8.2.1. Estabilização de emergência -----	33
8.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais -----	33
9. Adoção de uma estrutura orgânica funcional e capaz (5.º Eixo estratégico) ----	33
9. 1. Avaliação -----	34
9.1.1. Formação -----	34
9. 2. Planeamento de ações -----	35
9.2.1. Organização do sistema de defesa da floresta contra incêndios -----	35
9.2.1.1. Formação -----	35

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

9.2.1.2. Reuniões da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios -----	37
9.2.1.3. Aprovação do plano operacional municipal período de vigência do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios -----	37
10. Estimativa de orçamento para implementação do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios -----	37
11. Referências Bibliográficas -----	38

Lista de mapas

- 1 – Mapa dos combustíveis florestais do concelho de Proença-a-Nova**
- 2 – Mapa de perigosidade de incêndio florestal do concelho de Proença-a-Nova**
- 3 – Mapa de risco de incêndio florestal do concelho de Proença-a-Nova**
- 4 – Mapa de prioridades de defesa do concelho de Proença-a-Nova**
- 5 – Mapa de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do concelho de Proença-a-Nova**
- 6 – Mapa da rede viária florestal do concelho de Proença-a-Nova**
- 7 – Mapa da rede de pontos de água do concelho de Proença-a-Nova**
- 8 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Proença-a-Nova para 2013**
- 9 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Proença-a-Nova para 2014**
- 10 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Proença-a-Nova para 2015**
- 11 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Proença-a-Nova para 2016**
- 12 – Mapa de intervenções preconizadas de DFCI do concelho de Proença-a-Nova para 2017**
- 13 – Mapa de vigilância e deteção do concelho de Proença-a-Nova**
- 14 – Mapa de tempos de chegada para a 1.ª intervenção no concelho de Proença-a-Nova**

Lista de quadros

- 1 – Objetivos e metas do PMDFCI**
- 2 – Intervenção nas faixas e mosaicos de gestão de combustível para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova**
- 3 – Intervenção na rede viária florestal para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova**
- 4 – Intervenção na rede de pontos de água para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova**
- 5 – Metas e indicadores das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis**
- 6 – Metas e indicadores da rede viária**
- 7 – Metas e indicadores dos pontos de água**
- 8 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis**
- 9 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária**
- 10 – Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água**
- 11 – Estimativa total de orçamento - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017)**
- 12 – Comportamentos de risco – diagnóstico**
- 13 – Inventariação de autos e processos instruídos**
- 14 – Proposta das ações de sensibilização**
- 15 – Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas**
- 16 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização previstas**
- 17 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção (2010-2012)**
- 18 – Índice entre o número de incêndios florestais, número de equipas e o número de elementos de 1.ª intervenção (2010-2012)**
- 19 – N.º de reacendimentos (2001-2012-10-15)**
- 20 – Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas**
- 21 – Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas**
- 22 – Necessidades de formação**
- 23 – Entidades responsáveis pelas ações**
- 24 – Programa de formação e estimativa de orçamento**
- 25 – Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios**
- 26 – Estimativa de orçamento do PMDFCI (2013-2017)**

Lista de gráficos

1 – Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª Intervenção nas diferentes fases

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios (SDFCI)

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI) contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios e, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios. O PMDFCI é elaborado pelo gabinete de proteção civil e florestas em consonância com o plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, o plano regional de ordenamento florestal do pinhal interior sul e o plano distrital de defesa da floresta contra incêndios, sendo a sua estrutura tipo estabelecida pelo despacho nº 4345/2012 de 27 de março de 2012 do gabinete do Secretário de Estado das florestas e, desenvolvimento rural.

Este Plano, com um período de vigência de 5 anos cumpre as normas contidas na legislação DFCI, em especial no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro)

O plano municipal de defesa da floresta é apresentado à comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios, que delibera, e é aprovado pelo instituto de conservação da natureza e das florestas. A coordenação e gestão do referido plano são da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal.

O PMDFCI obedece à seguinte estrutura:

1. 1. Diagnóstico (informação de base) — Caderno I

Caracterização física:

- ✓ Enquadramento geográfico;
- ✓ Hipsometria;
- ✓ Declive;
- ✓ Exposição;

Caracterização climática:

- ✓ Precipitação;
- ✓ Vento.

Caracterização da população:

- ✓ População residente e densidade populacional, por freguesia, por recenseamento da população e habitação (censos);
- ✓ Índice de envelhecimento e sua evolução;
- ✓ População por sector de atividade;
- ✓ Taxa de analfabetismo;
- ✓ Romarias e festas.

Caracterização da ocupação do solo, rede fundamental de conservação da natureza e gestão florestal:

- ✓ Ocupação do solo;
- ✓ Povoamentos florestais;
- ✓ Rede fundamental de conservação da natureza e regime florestal;
- ✓ Instrumentos de planeamento florestal;
- ✓ Equipamentos florestais de recreio, zonas de caça e de pesca.

Análise do histórico e causalidade dos incêndios florestais:

- ✓ Área ardida e número de ocorrências — Distribuição anual, mensal, semanal, diária e horária;
- ✓ Área ardida em espaços florestais;
- ✓ Área ardida e número de ocorrências por classes de extensão;
- ✓ Pontos prováveis de início e causas;
- ✓ Fontes de alerta;
- ✓ Grandes incêndios (área superior ou igual a 100 ha) — Distribuição anual, mensal, semanal e horária.

1. 2. Plano de ação — Caderno II

Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no sistema de defesa da floresta contra incêndios;

Análise do risco e da vulnerabilidade aos incêndios;

Objetivos e metas municipais de DFCI;

1.º Eixo estratégico — Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais:

- ✓ Redes de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- ✓ Rede viária florestal;
- ✓ Rede de pontos de água;
- ✓ Silvicultura no âmbito da DFCI.

2.º Eixo estratégico — Redução da incidência dos incêndios:

- ✓ Comportamentos de risco e sensibilização da população;
- ✓ Fiscalização.

3.º Eixo estratégico — Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios:

- ✓ Vigilância e deteção;
- ✓ 1.ª Intervenção;
- ✓ Combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio.

4.º Eixo estratégico — Recuperar e reabilitar os ecossistemas:

- ✓ Ações de estabilização de emergência e reabilitação pós-incêndio;
- ✓ Planeamento da recuperação de áreas ardidas;

5.º Eixo estratégico — Adoção de uma estrutura orgânica funcional e eficaz:

- ✓ Identificação das competências das entidades;
- ✓ Planificação das reuniões da comissão municipal de defesa da floresta (CMDf);
- ✓ Monitorização e revisão do PMDFCI.

1. 3. Plano operacional municipal (POM) — Caderno III

- ✓ Meios e recursos;
- ✓ Contactos;
- ✓ Setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós -incêndio;
- ✓ Cartografia de apoio à decisão.

1. 4. Os principais objetivos do PMDFCI são:

Descrever e quantificar o perigo de ocorrência de incêndios florestais, no concelho;

Conhecer as causas estruturais e conjunturais mais relevantes na origem dos incêndios;

Avaliar a eficácia dos meios de prevenção, deteção e combate existentes;

Elaborar uma proposta de ações prática devidamente detalhada e quantificada que permita melhorar a situação atual em termos de prevenção, deteção e combate com vista à redução do número de incêndios e superfície de área ardida;

Fornecimento de uma cartografia atualizada e detalhada, onde estejam representadas as infraestruturas de extrema utilidade numa situação de emergência.

2. Modelos de combustíveis, cartografia de risco e prioridades de defesa contra incêndios florestais

2. 1. Mapa dos combustíveis florestais

A análise do mapa dos combustíveis florestais (**Mapa 1**) que se encontra anexo, permite evidenciar uma mistura predominante do modelo 6 com o modelo 7. Os combustíveis dominantes são matos ou árvores jovens muito inflamáveis, com cerca de dois metros de altura, grande parte destas zonas têm sido fustigadas pelos incêndios e com ausência de boas práticas florestais.

2.2. Mapa de perigosidade de incêndio florestal

A perigosidade do Concelho de Proença-a-Nova (**Mapa 2**) que se encontra em anexo atinge valores preocupantes pois cerca de 85% da área situa-se nas classes alta e muito alta apresentando assim um elevado potencial para a ocorrência de incêndios florestais.

2. 3. Mapa de risco de incêndio florestal

O Concelho de Proença-a-Nova apresenta índices altos de risco de incêndio essencialmente na zona norte e nas zonas com maiores declives. Estas zonas são muito sensíveis à ignição e propagação do fogo, essencialmente, devido às características do terreno (relevo acentuado). Apresentam na sua maioria uma forte regeneração de pinheiro bravo, a qual se encontra densa e desordenada, contribuindo para uma elevada continuidade horizontal e vertical do combustível.

No **Mapa 3**, que se encontra em anexo, apresenta-se o mapa de risco de incêndio para o Concelho de Proença-a-Nova.

2. 4. Mapa de prioridades de defesa

Analisando o mapa de prioridades de defesa, destaca-se que as áreas a proteger são as correspondentes aos aglomerados populacionais e praias fluviais e postos de combustíveis. Esta situação é devida, em alguns casos, à proximidade às áreas florestais que, naturalmente, deverão merecer uma atenção redobrada na sua proteção. É de salientar também o fato de algumas destas zonas se encontrarem inseridas em áreas correspondentes a grau de risco alto e muito alto, portanto, será necessário dar-lhes uma maior importância e prioridade de defesa. O **Mapa 4** em anexo representa o mapa de prioridades de defesa para o concelho de Proença-a-Nova.

3. Objetivos e metas do PMDFCI

3.1. Tipologia

De acordo com os dados do instituto de conservação da natureza e florestas desde 1990 até a presente data a tipologia do concelho é **T2**. É um concelho de Proença-a-Nova tipicamente florestal, tem uma área de 39540 hectares, 80,7% desta área é ocupada com floresta e 6,7% com incultos, o que perfaz 87,4% da sua área total.

Com um clima com características mediterrânicas como é o caso do nosso país, a época estival que corresponde ao período mais seco do ano com a época mais quente, faz com que se reúnam nestas condições propícias para a ignição e propagação de incêndios.

Testemunho disso são as 504 ocorrências que deram origem a 23.047 hectares ardidos nos últimos 20 anos que equivalem a 72,2% da área florestal, realça-se o incêndio ocorrido no dia 1 de agosto de 2003 responsável por 58,6% dessa área.

3.2. Objetivos e metas do PMDFCI

No **quadro 1** apresentamos os objetivos e metas a alcançar até 2018.

Quadro 1: Objetivos e metas do PMDFCI

Objetivos	Meta 2013	Meta 2014	Meta 2015	Meta 2016	Meta 2017
Reduzir área ardida	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha
Reduzir incêndios com mais de 1 hectare	1	1	1	1	1
Reduzir reacendimentos	0,3% das ocorrências	0,3% das ocorrências	0,2% das ocorrências	0,2% das ocorrências	0,1% das ocorrências
Reduzir tempos de intervenção superiores a 1 hora	0,1% das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências	0,1 das ocorrências
Eliminar incêndios com mais de 10 hectares	0	0	0	0	0
1.ª Intervenção <20 minutos	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências	95% das ocorrências

4. Eixos estratégicos

Com a integração e compatibilização deste plano com os instrumentos de planeamento florestal de nível superior, designadamente o plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, o plano regional de ordenamento florestal do pinhal interior sul e o plano distrital de defesa da floresta contra incêndios e o **plano diretor municipal**, é possível assim definir os objetivos estratégicos deste plano para os próximos 5 anos, onde se pretende desenvolver todas as ações que assentam na política municipal de defesa da floresta contra incêndios.

Define-se claramente quais as metas a atingir e, qual deverá ser o papel dos vários intervenientes na defesa da floresta local contra os incêndios, de forma a funcionarem coordenadamente, de modo a maximizar a sua eficácia.

Como tal, os objetivos deste plano enquadram-se nos cinco eixos de atuação assentes no plano nacional de defesa da floresta contra incêndios, e que são:

1. **º Eixo Estratégico:** Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
2. **º Eixo Estratégico:** Redução da incidência dos incêndios;
3. **º Eixo Estratégico:** Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
4. **º Eixo Estratégico:** Recuperação e reabilitação de ecossistemas;
5. **º Eixo Estratégico:** Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

5. Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais (1.º Eixo estratégico)

Neste eixo de atuação é importante aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível, desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de pessoas e bens e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

É fundamental delinear uma linha de ação que objetive a gestão funcional dos espaços e introduza, em simultâneo, princípios de defesa da floresta contra incêndios. Tendencialmente deverá ser diminuída a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

Este eixo estratégico está intimamente ligado ao ordenamento do território e ao planeamento florestal, promovendo a estabilização do uso do solo e garantindo que essa ocupação se destina a potenciar a sua utilidade social.

É neste eixo que se vai dar resposta ao artigo 15º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro) definindo os espaços florestais onde vai ser obrigatória a gestão de combustíveis junto das diferentes infraestruturas presentes e se operacionaliza, ao nível municipal, as faixas de gestão de combustível previstas nos níveis de planificação regional e nacional.

Nos termos do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro foi publicado em diário da república no dia 20 de fevereiro de 2012 o **regulamento de edificação em espaço rural do Município de Proença-a-Nova n.º67/2012** que consta em anexo.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam o eixo estratégico –“Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais”, teve-se em conta a informação base relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I) e também às cartas de combustíveis, de risco de incêndio e de prioridades de defesa (Caderno II).

Objetivo estratégico

Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas.

Objetivos operacionais

- Proteger zonas de interface urbano/florestal.
- Implementar programas de redução de combustíveis.

Ações

- Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, intervindo prioritariamente nas zonas com maiores vulnerabilidades aos incêndios;
- Implementar mosaicos de parcelas de gestão de combustível;
- Promover ações de silvicultura;
- Criar e manter redes de infraestruturas (rede viária e rede de pontos de água);
- Divulgar técnicas de ajardinamento com maior capacidade de resiliência aos incêndios florestais.

5. 1. Levantamento da rede de defesa da floresta contra incêndios

A avaliação e caracterização das infraestruturas existentes, constituiu a primeira fase do processo de planeamento de um sistema integrado de infraestruturas de prevenção e de apoio ao combate aos incêndios florestais.

5. 1. 1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

As faixas de gestão de combustíveis que constituem as redes primárias, secundárias e terciárias, e os mosaicos de parcelas de gestão de combustível conforme estabelecido no Decreto-lei nº124/2006, de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro), cumprem assim um importante papel na prevenção de incêndios.

Estas FGC definem um conjunto de funções básicas de compartimentação de manchas florestais, cujos objetivos são diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios e facilitar o combate/intervenção (in)direto na frente de fogo ou nos seus flancos.

É importante referir que a utilização atual das FGC incorpora também os objetivos de reduzir os efeitos da passagem de incêndios, proteger de forma passiva, zonas edificadas, vias de comunicação, infraestruturas, povoamentos florestais, isolar focos potenciais de incêndios, reduzir a probabilidade de propagação de incêndios a áreas adjacentes a linhas elétricas, à rede viária e parques industriais, entre outros.

No **Mapa 5** que se encontra em anexo apresentam-se as faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do concelho de Proença-a-Nova

5. 1. 2. Rede viária florestal (RVF)

A proteção e luta contra incêndios exigem que os povoamentos florestais estejam servidos com uma rede viária apta a assegurar:

- ✓ A circulação de patrulhas móveis, em funções de vigilância ou ataque inicial de incêndios;
- ✓ O acesso rápido dos veículos de combate a todos os focos de incêndio;
- ✓ A constituição de linhas de luta sobre as quais os veículos de combate poderão tomar posição no combate;
- ✓ O acesso a pontos de água.

A rede viária florestal do município (**Mapa 6**) é bastante extensa e abrangente, na sua grande maioria, constituída por rede complementar adequada aos veículos utilizados na gestão florestal e no combate aos incêndios.

Foi definida com o objetivo de compartimentar as principais manchas florestais e garantir acessos rápidos e seguros às mesmas.

5.1.3. Rede de pontos de água (RPA)

A disponibilidade de pontos de água para abastecimento dos meios de combate aos incêndios florestais é naturalmente um fator fundamental. O planeamento desta rede foi efetuado com o objetivo de garantir o abastecimento dos equipamentos de luta terrestres e aéreos.

No **Mapa 7** que se encontra anexo, apresenta-se a rede de pontos de água do concelho de Proença-a-Nova e a sua operacionalidade.

5.1.4. Silvicultura preventiva no âmbito da DFCI

As medidas de silvicultura preventiva não foram consideradas, isto deve-se principalmente ao facto de o concelho de Proença-a-Nova estar localizado numa zona de minifúndio e abandono agro-florestal, e pertencer quase na sua totalidade a proprietários privados.

5. 2. Planeamento das ações referentes ao 1.º eixo estratégico, rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível, rede viária florestal e rede de pontos de água

Os **mapas 8, 9, 10, 11 e 12** mostram por ano (2013-2017) o planeamento das ações a desenvolver para o período de vigência do plano. No que respeita a gestão de combustível a rede primária, que no concelho pertence 100% aos proprietários, é de difícil execução, contudo ela foi integrada no PMDFCI para que não fique qualquer entrave a possíveis candidaturas ao PRODER ou outras programas que surjam no âmbito da DFCI. Já a rede secundária tem os responsáveis pela gestão bem identificados no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro).

Relativamente às ações da RVF e RPA programadas, sempre que possível a Câmara Municipal procederá à sua execução com meios próprios, contudo o desejável seria que através do PRODER, ou outro programa, existissem medidas que permitissem candidatar estas ações, devido aos incomportáveis custos que apresentam.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

5. 2. 1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaicos de parcelas de gestão de combustível

Quadro 2: Intervenção nas faixas e mosaicos de gestão de combustível para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova

Código de descrição da faixa/mosaico	Área total (ha)					Área com intervenção (ha)				
	2013	2014	2015	2016	2017	2013	2014	2015	2016	2017
1 – Edificações integradas em espaços rurais	920,77	920,77	920,77	920,77	920,77	290,25	290,25	290,25	290,25	290,25
2 – Aglomerados populacionais	1622,08	1622,08	1622,08	1622,08	1622,08	431,8	431,8	431,8	431,8	431,8
3 – Parques e polígonos industriais	36,61	36,61	36,61	36,61	36,61	18,75	18,75	18,75	18,75	18,75
4 – Rede viária florestal	284,72	284,72	284,72	284,72	284,72	191,21	191,21	191,21	191,21	191,21
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	22,78	31,99	0	0	22,78	20,93	23,66	0	0	20,93
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	402,61	300,76	478,72	402,61	300,76	379,55	260,02	414,81	379,55	260,02
10 - Linhas elétricas em média tensão	31,85	40,38	33,61	76,6	31,85	25,53	26,49	26,99	60,13	25,53
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	110,12	14,29	27,79	110,12	14,13	109,24	12,98	26,58	109,24	12,98
12 – Pontos de água	37,55	37,55	37,55	37,55	37,55	21,94	21,94	21,94	21,94	21,94
13 – Linhas elétricas em alta tensão	6,76	0	0	73,88	6,76	6,22	0	0	63,48	6,22

De acordo com o estabelecido no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro), foi aprovado pela comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios no dia 24 de junho de 2012 e publicado pelo aviso n.º 2781/2012 da 2.ª série do diário da república o regulamento de edificação em espaço rural do município de Proença-a-Nova que consta em **anexo**.

5. 2. 2. Rede viária florestal

Quadro 3: Intervenção na rede viária florestal para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova

Rede viária total KM

	2013	2014	2015	2016	2017
1.ª Ordem	28,04	0	37,71	0	11,66
2.ª Ordem	29,16	31,25	110,25	27,46	68,09
Rede complementar	385,22	224,03	793,62	220,41	494,64

Rede viária com intervenção KM

	2013	2014	2015	2016	2017
1.ª Ordem	0	0	0	0	0
2.ª Ordem	0	0	0	0	0
Rede complementar	366,59	216,68	751,45	215,3	467,63

5. 2. 3. Rede de pontos de água

Quadro 4: Intervenção na rede de pontos de água para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova

Identificação PA	Tipo	Classe	Volume m ³	Ano de manutenção beneficiação
1 - Esfrega	Charca	Misto	3.600	2016
2 – Alcareão	Charca	Misto	2.400	2016
3 – Praia do Malhadal	Albufeira de barragem	Misto		2015
4 – Praia da Aldeia Ruiva	Albufeira de açude	Misto		2015
5 – Barragem das Corgas	Albufeira de barragem	Misto		2015
6 - Couca	Ribeira	Misto		2016
7 – Cabeço das Corgas	Charca	Terrestre	3.000	2015
8 – Amoreira	Charca	Misto	18.000	2015
9 - Casalinho	Charca	Misto	12.600	2015
10 – Herdade/Alvito	Ribeira	Terrestre		2016
11 – Alviegas	Charca	Terrestre	4.800	2017

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Continuação do quadro 4

Identificação PA	Tipo	Classe	Volume m³	Ano de manutenção beneficiação
12 - Corcovas	Charca	Terrestre	4.375	2015
13 – Tanque dos bombeiros	Reservatório DFCI	Terrestre	143	2015
14 – Praia da Froia	Albufeira de açude	Misto		2017
15 - Maxiais	Charca	Misto	10.500	2017
16 – Sobral Fernando	Rio	Misto		2017
17 - -Sotima Grande	Charca	Misto	100.000	2015
18 - -Sotima Pequena	Charca	Terrestre	17.600	2015
19 - Coutada	Charca	Misto	17.717	2015
20 – Vale de Água	Charca	Terrestre	3.528	2015
21 - Aguilhões	Charca	Terrestre	6.250	2015
22 - Murteirinha	Charca	Misto	3.192	2013
23 - Borracheira	Charca	Terrestre	3.600	2013
24 – Ponte do Vale da Mua	Rio	Misto		2013
25 - Palhota	Charca	Misto	4.000	2013
26 - Padrão	Ribeira	Misto		2013
27 - Cabroeira	Ribeira	Misto		2013
28 – Ponte da Zimbreira	Ribeira	Misto		2013
29 – Ponte do Pereiro	Ribeira	Terrestre		2015
30 - Redonda	Charca	Misto	24.000	2015
31 - Cheiro	Charca	Misto	1.600	2014
32 – Cadafaz	Ribeira	Terrestre		2014
33 – Picoteira	Ribeira	Misto		2013
34 – Fessuda	Rio	Misto		2013
35 – Sobreira	Rio	Misto		2013
36 – Foz do Estevês	Rio	Misto		2013
37 – Azenha da Barca	Rio	Misto		2013
38 – Vale dos Pereiros	Rio	Misto		2013
39 – Foz dos Besteiros	Rio	Misto		2013
40 – Serra da Venda	Charca	Terrestre	2.000	2017

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Continuação do quadro 4

Identificação PA	Tipo	Classe	Volume m³	Ano de manutenção beneficiação
41 – Cova do Alvito	Ribeira	Terrestre		2016
42 – Açude Cova do Alvito	Ribeira	Terrestre		2016
43 – Alvito	Albufeira de açude	Terrestre		2016
44 – Ponte da Froia	Ribeira	Terrestre		2017
45 – Cadafaz 1	Ribeira	Terrestre		2014
46 – Carregais	Ribeira	Terrestre		2014
47 – Casal da Ribeira	Ribeira	Terrestre		2014
48 – Casalinho da Ribeira	Ribeira	Misto		2014
49 – Rabacinas	Ribeira	Terrestre		2014
50 – Folga	Ribeira	Terrestre		2015
51 – Carvalhal	Charca	Terrestre	4.800	2015
52 – Espinho Grande	Charca	Misto	4.500	2015
53 – Murteira	Charca	Misto	1.080	2015
54 – Pedra do Altar	Charca	Terrestre	4.000	2013
55 – Castanheira	Charca	Terrestre	3.750	2017
56 – Vergão	Charca	Terrestre	1.080	2015
57 – Lameira Martins	Charca	Terrestre	1.080	2013
58 – Murteirinha 1	Charca	Terrestre	4.200	2013
59 – Murteirinha 2	Charca	Terrestre	1.080	2013
60 – Murteirinha 3	Charca	Terrestre	3.000	2013
61 – Padrão 1	Charca	Misto	1.250	2013
62 – Padrão 2	Charca	Terrestre	1.134	2013
63 – Redonda 1	Charca	Terrestre	6.300	2013
64 – Redonda 2	Charca	Terrestre	480	2013
65 – Naves	Charca	Terrestre	1.500	2013
66 – Borracheira 1	Charca	Misto	2.400	2013
67 – Picoteira 1	Charca	Misto	6.000	2013
68 – Relva da Louça	Charca	Misto	5.250	2015

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

5. 2. 4. Metas e indicadores - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova

Quadro 5: Metas e indicadores das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis

Descrição da FGC E MPGC	Meta	Indicadores mensuráveis (ha)				
		2013	2014	2015	2016	2017
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Gestão de Combustível	290,25	290,25	290,25	290,25	290,25
2 – Aglomerados populacionais		431,8	431,8	431,8	431,8	431,8
3 – Parques e polígonos industriais		18,75	18,75	18,75	18,75	18,75
4 – Rede viária florestal		191,21	191,21	191,21	191,21	191,21
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão		20,93	23,66	0	0	20,93
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível		379,55	260,02	414,81	379,55	260,02
10 - Linhas elétricas em média tensão		25,53	26,49	26,99	60,13	25,53
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível		109,24	12,98	26,58	109,24	12,98
12 – Pontos de água		21,94	21,94	21,94	21,94	21,94
13 – Linhas elétricas em alta tensão		6,22	0	0	63,48	6,22

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Quadro 6: Metas e indicadores da rede viária

		Indicadores mensuráveis (Km)					
Rede de defesa da floresta contra incêndios		Meta	2013	2014	2015	2016	2017
1.ª Ordem	Manutenção/beneficiação		0	0	0	0	0
2.ª Ordem			0	0	0	0	0
Rede complementar			366,59	216,68	751,45	215,3	467,63

Quadro 7: Metas e indicadores dos pontos de água

		Indicadores mensuráveis (unidades)				
Classe de ponto de água	Meta	2013	2014	2015	2016	2017
Misto	Manutenção/beneficiação	16	2	11	3	3
Terrestre		10	5	10	4	4

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

5. 2. 5. Orçamento e responsáveis - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017) no concelho de Proença-a-Nova

Quadro 8: Estimativa de orçamento e responsáveis para a execução das faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis

		Estimativa de orçamento (€)				
Descrição da FGC E MPGC	Responsáveis	2013	2014	2015	2016	2017
1 – Edificações integradas em espaços rurais	Proprietários	203.175	116.100	116.100	116.100	116.100
2 – Aglomerados populacionais	Proprietários	302.260	172.720	172.720	172.720	172.720
3 – Parques e polígonos industriais	Proprietários	13.125	7.500	7.500	7.500	7.500
4 – Rede viária florestal	Município	78.120	46.640	46.640	46.640	46.640
4 – Rede viária florestal	ASCENDI	55.727	31.844	31.844	31.844	31.844
7 – Linhas elétricas em muito alta tensão	REN	14.651	16.562	0	0	14.651
8 – Rede primária de faixas de gestão de combustível	Proprietários	265.685	182.014	290.367	265.685	182.014
10 - Linhas elétricas em média tensão	EDP	17.871	18.543	18.893	42.091	17.871
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	Proprietários	34.979	9.086	2.842	34.979	9.086
11 – Mosaicos de parcelas de gestão de combustível	ENERG	41.489	0	15.764	41.489	0
12 – Pontos de água	Proprietários	15.358	8.776	8.776	8.776	8.776
13 – Linhas elétricas em alta tensão	EDP	4.354	0	0	44.436	4.354
Total		104.679.4	609.785	711.446	812.260	611.556

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Quadro 9: Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede viária

Rede de defesa da floresta contra incêndios	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
		2013	2014	2015	2016	2017
1.ª Ordem		0	0	0	0	0
2.ª Ordem		0	0	0	0	0
Rede complementar	Município/Juntas de freguesia	109.977	65.004	225.435	64.590	140.289

Quadro 10: Estimativa de orçamento e responsáveis para a rede de pontos de água

Classe de ponto de água	Responsáveis	Estimativa de orçamento (€)				
		2013	2014	2015	2016	2017
Misto	Município	24.000	9.000	22.500	4.500	4.500
Terrestre	Município	27.000	7.500	21.000	6.000	12.000
Total		51.000	16.500	43.500	10.500	16.500

Quadro 11: Estimativa total de orçamento - Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o período (2013-2017)

	2013	2014	2015	2016	2017
FGC E MPGC	1.046.794	609.785	711.446	812.260	611.556
Rede viária	109.977	65.004	225.435	64.590	140.289
Pontos de água	51.000	16.500	43.500	10.500	16.500
Total	1.207.771	691.289	980.381	887.350	768.345

6. Redução da incidência dos incêndios (2.º Eixo estratégico)

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção. A prevenção deve ser entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar. Atua em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o objetivo do controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e que a maioria dos incêndios são causados por atividade humana, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo que se deverá atuar.

Torna-se imperativo educar os diferentes segmentos populacionais no sentido de reconhecerem na floresta um património coletivo, com valor económico, social e ambiental e assumirem responsabilidades do seu legado às suas gerações futuras, eliminando comportamentos de risco.

Para definir as metas para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “reduzir a incidência dos incêndios”, teve-se em conta a **informação base** relativa à **caracterização da população e análise do histórico e casualidade dos incêndios**.

Objetivos estratégicos	- Sensibilizar e educar populações. - Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.
-------------------------------	--

Objetivos operacionais	- Sensibilização da população. - Sensibilização e educação escolar. - Fiscalização.
-------------------------------	---

Ações

- Implementação de campanhas de sensibilização de acordo com os segmentos populacionais definidos pelas motivações e casualidade regional.
- Implementação de campanhas de sensibilização e educação escolar.
- Definir áreas prioritárias de fiscalização, tendo em consideração a identificação dos principais comportamentos de risco, o valor dos espaços florestais e a suscetibilidade à ignição.

6.1. Avaliação

6.1.1. Comportamentos de risco

O **quadro 12** apresenta, os comportamentos de risco e os seus impactos e danos para o concelho de Proença-a-Nova, estes dados têm como alicerce as ocorrências dos anos 2010, 2011 e até ao dia 15/10/2012, contudo e devido ao grande número de ocorrências com causas indeterminadas (47,62%) nas ações de sensibilização a realizar serão abordados outros comportamentos de risco tais como: fumigação, lançamento de beatas, deposição de lixo, renovação de pastagens, etc.

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Quadro 12: Comportamentos de risco – diagnóstico

DIAGNÓSTICO - RESUMO								
Grupo Alvo	O quê?	Comportamento de risco				Impacto e danos		
		Como	Freguesia	Mês	Dia	N.º de ocorrências	Área ardida (ha)	Danos e custos
População em geral População escolar Proprietários Florestais Agricultores	Uso do fogo Queimadas	Limpeza de solo Agrícola	Montes da Senhora Proença-a-Nova	Fev. Jun.	6.ª Feira Domingo	2	0,5384	*
		Limpeza de solo Florestal	Sobreira Formosa	Abr.	Domingo	1	0,0283	*
		Borralheiras	Proença-a-Nova	Jun. Out.	Sábado	2	0,57	*
População em geral População escolar Campista / turista	Uso do fogo Fogueiras	Confeção de comida	Sobreira Formosa Proença-a-Nova	Jul. Ago	2.ª Feira 3.ª Feira	2	0,0155	*
		Fogueira	Proença-a-Nova	Mar.	5.ª Feira	1	0,0005	*
População em geral	Uso do fogo Chaminés	Habitação	Sobreira Formosa	Jul.	Domingo	1	0,005	*
População em geral Proprietários Florestais	Acidentais	Linhas elétricas	Peral Proença-a-Nova	Set. Out.	3.ª Feira 5.ª Feira	2	0,5048	*
População em geral População escolar Proprietários Florestais Agricultores		Maquinaria e equipamento	Proença-a-Nova	Jun.	3.ª Feira	1	0,005	*
		Máquinas agrícolas	Montes da Senhora	Set.	6.ª Feira	1	0,0347	*
		Máquinas industriais	Sobreira Formosa	Jul.	4.ª Feira	1	0,303	*
		Outras máquinas e equipamento	Sobreira Formosa (2) Alvito da Beira	Ago. Set. (2)	3.ª Feira 4.ª Feira Sábado	3	0,4895	*
		Outras causas acidentais	Proença-a-Nova	Fev. Jul. (2)	3.ª Feira 4.ª Feira Domingo	3	0,22	*
População em geral População escolar	Incendiarismo	Brincadeiras de criança	Proença-a-Nova	Jul.	Sábado	1	0,0001	*
		Vandalismo	Proença-a-Nova	Jul.	3.ª Feira	1	0,35	*
*- Não foi possível quantificar os danos e os custos								

*- Não foi possível quantificar os danos e os custos

6.1.2. Fiscalização

O **quadro 13** apresenta a inventariação do número de autos de notícia por contraordenação levantados e % de n.º de processos instruídos por tipologia no ano de 2011.

Quadro 13: Inventariação de autos e processos instruídos

	Gestão de combustível	Queima de sobranes
N.º de autos levantados	6	2
% de processos instruídos	100%	100%

6.2. Planeamento de ações

6.2.1. Sensibilização

A prevenção está relacionada com a informação, formação e educação de cada um, dado que, grande parte dos fogos florestais é devida a negligência. Torna-se assim importante, alertar, informar e consciencializar as pessoas, para os perigos que representam, em determinada altura do ano, algumas das práticas aliadas ao uso do fogo.

Assim a educação e sensibilização das populações, ao nível nacional, regional e local assenta em três grandes vetores de atuação que têm como principal objetivo reduzir o número de ocorrências de incêndio.

Os três grandes vetores de atuação que devem orientar as ações de sensibilização, são os seguintes:

- 1. Sensibilização do público generalista (eminentemente urbano).** As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com a deposição de lixo no interior das manchas florestais; com a queima de lixos em zonas de interface urbano florestal; e com o lançamento de cigarros para a berma da rede viária.
- 2. Sensibilização de grupos específicos da população (vacionado para a população rural agricultores e proprietários florestais)** - As principais atividades que constituem risco de incêndio estão relacionadas com o uso incorreto do fogo e utilização de maquinaria e equipamento.
- 3. Sensibilização da população escolar.** A médio/longo prazo a solução para o problema das ocorrências passará principalmente por educar, sensibilizar e informar a população escolar sobre a importância da Floresta, sobre a problemática dos incêndios e por promover o uso correto do fogo e do equipamento.

As ações de sensibilização estão apoiadas nos comportamentos da população do concelho, de forma a adequar as melhores formas de comunicação e transmissão de mensagens, ou seja, conhecer com pormenor a população do concelho, quais os seus hábitos, quais os comportamentos de risco, onde e quando são levados a cabo tais comportamentos, são fatores importantes para desenvolver quaisquer ações de sensibilização.

Todas as mensagens, imagens, ideias-chave e produtos de sensibilização estão de acordo com aqueles utilizados pela ICNF, ANPC, GRN, etc., de forma a uniformizar estes elementos a nível nacional.

Quadro 14: Proposta das ações de sensibilização

Ação 1 - CAMPANHA MUNICIPAL SOBRE PREVENÇÃO INCÊNDIOS E USO CORRECTO DO FOGO

DETALHE DA ACÇÃO

Edição de aviso informativo sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios;
Edição de aviso informativo sobre uso correto do fogo;
Distribuição de material de futuras campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.);
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização em todas as freguesias ao público em geral;
Disponibilização na página da internet do Município no link do gabinete de proteção civil e florestas do plano de defesa da floresta contra incêndios, do plano operacional municipal e difusão de conteúdos de risco de incêndio, informação estatística, legislação florestal, material de divulgação e sensibilização, programas, projetos e contactos.
Avisos na agenda municipal e boletim de toda a informação referida nos pontos anteriores.

PÚBLICO ALVO

Público em geral, com especial incidência nos agricultores e proprietários florestais.

EXECUÇÃO POR

CMDFCI coordenada pelo gabinete de proteção civil e florestas.

Ação 2 - SENSIBILIZAÇÃO EM ESCOLAS DO ENSINO BÁSICO

DETALHE DA AÇÃO

Realização de sessões de sensibilização nas escolas do ensino básico com a presença de todos os agentes CMDFCI;
Distribuição de material de diversas campanhas nacionais de sensibilização (ICNF, ANPC, GNR, etc.).

Continuação do quadro 14

PÚBLICO ALVO
População escolar.
EXECUÇÃO POR
CMDFCI coordenada pelo gabinete de proteção civil e florestas.
Ação 3 - COMEMORAÇÃO DIA MUNDIAL DA FLORESTA
DETALHE DA AÇÃO
Atividades lúdicas de sensibilização ambiental e prevenção incêndios.
PÚBLICO ALVO
População escolar.
EXECUÇÃO POR
Centro de ciência viva da floresta, em parceria com o município de Proença-a-Nova.

6.2.2. Fiscalização

Neste ponto não se elaborou o mapa sugerido porque, como se pode constatar na avaliação efetuada, verifica-se que não existe nenhum comportamento de risco que se destaque, nem nenhuma área específica, pelo que a dissuasão e fiscalização deverá ser efetuada de forma idêntica em todo o concelho.

6.2.3. Metas e indicadores

Quadro 15: Metas e indicadores das ações de sensibilização previstas

METAS / INDICADORES	2013	2014	2015	2016	2017
Edição de avisos informativos sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios e uso correto do fogo	2	2	2	2	2
Realização de sessões de esclarecimento e sensibilização da população geral	6	6	6	6	6
Realização de sessões de sensibilização à população escolar.	2	2	2	2	2
Atividades lúdicas de sensibilização à população escolar.	1	1	1	1	1

6.2.4. Orçamento e responsáveis

Quadro 16 - Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de sensibilização previstas

METAS	Responsável	Orçamento €				
		2013	2014	2015	2016	2017
Edição de avisos informativos sobre responsabilidades individuais ao nível da prevenção de incêndios e uso correto do fogo, informações na agenda, boletim e site.	Município	1500	1500	1500	1500	1500
Realização de sessões de sensibilização a população escolar.	CMDFCI	1000	1000	1000	1000	1000
Atividades lúdicas de sensibilização a população escolar.	CMDFCI	5000	5000	5000	5000	5000
Total		7500	7500	7500	7500	7500

7. Melhoria da eficácia de ataque e da gestão de incêndios (3.º Eixo estratégico)

A definição prévia de canais de comunicação, formas de atuação, levantamento das responsabilidades e competências das várias forças e entidades presentes, irá contribuir para uma melhor e mais eficaz resposta de todos à questão dos incêndios florestais.

Para definir as metas e os indicadores para as ações que consubstanciam o eixo estratégico – “melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios” teve-se em conta a **informação base** relativa à **caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios (Caderno I)** e informação relativa à **rede regional de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI) (Caderno II)**.

Objetivos estratégicos

- Articulação dos sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
- Adequação da capacidade de 1.ª intervenção.
- Melhorar a eficácia e vigilância pós-incêndio.

Objetivos operacionais

- Estruturação e gestão da vigilância e deteção como um sistema integrado.
- Estruturação do nível municipal de 1.ª intervenção.
- Garantia correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio
- Integração e melhoria dos meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.

Ações

- Execução da inventariação dos meios e recursos existentes.
- Definição de setores territoriais DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE) para as ações de vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo, e da vigilância pós-incêndio.
- Identificação e/ou definição dos sistemas de vigilância e deteção.
- Identificação dos elementos do território relevantes para a decisão.

7.1. Avaliação

7.1.1. Vigilância e deteção

No **mapa 13** em anexo encontram-se as bacias de visibilidade associadas aos postos de vigia e locais estratégicos de estacionamento. A localização destes LEE's que funcionam em toda a fase Charlie e dependendo das condições climatéricas em parte da fase Bravo e Delta, foi efetuada de acordo com as bacias de visibilidade e com o tempo de deslocação a todos os espaços florestais, permitindo uma 1.ª intervenção eficaz.

No **quadro 17** podemos observar a relação entre os incêndios florestais e o número total de equipas de vigilância e deteção no concelho de Proença-a-Nova, para os anos de 2010, 2011 e até 15/10/2012. Verificamos que a fase Charlie justifica atenção redobrada porque sem dúvida alguma o maior número de ignições ocorre na época mais seca e quente do ano.

**Quadro 17 – Índice entre o número de incêndios florestais e equipas de vigilância e deteção
(2010-2012)**

			2010		2011		2012	
			N.º Equipas	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Incêndios
Fases de perigo	Alfa	1 Jan. - 14 Mai.	0	1	0	0	0	6
	Bravo	15 Mai. - 14 Jun.	2*	1	2*	0	2*	1
		15 Jun. - 30 Jun.	8*	1	8*	1	8*	2
	Charlie	1 Jul. – 30 Set.	8*	10	8*	8	8*	7
	Delta	1 Out. – 15 Out.	8*	0	8*	0	8*	0
		16 Out. – 30 Out.	2*	2	2*	1	2*	-
	Echo	1 Nov. – 31 Dez.	0	0	0	0	0	-
*As equipas de sapadores só efetuam vigilância e deteção quando estão em alerta amarelo, laranja ou vermelho.								

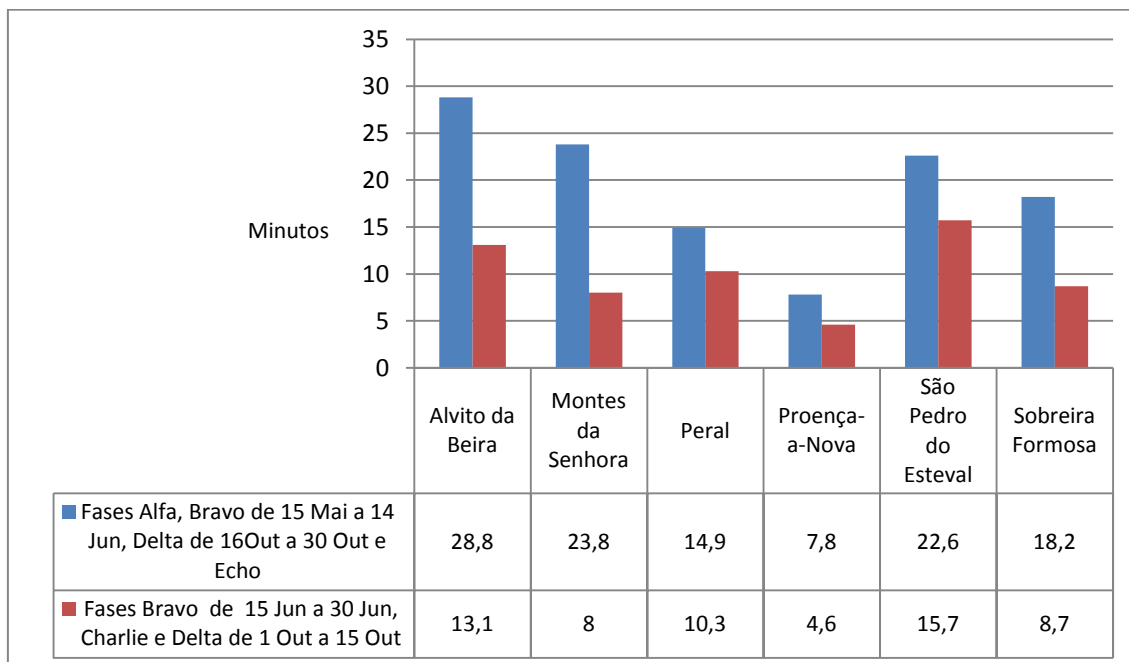
Fonte: ICNF, 2012

7.1.2. 1.ª Intervenção

No **mapa 14** em anexo representa o potencial tempo de chegada para a 1.ª intervenção, desde que é dado o alerta até a chegada da 1.ª viatura ao teatro de operações.

O **gráfico 1** apresenta o valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª intervenção nas diferentes fases como podemos observar na fase estival esse valor é sempre inferior a 20 minutos.

Gráfico 1 – Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª Intervenção nas diferentes fases



No **quadro 18** podemos verificar a relação de incêndios florestais, o número de equipas e o número de elementos de 1.ª intervenção no concelho de Proença-a-Nova, para os anos de 2010, 2011 e até 15/10/2012.

Quadro 18 – Índice entre o número de incêndios florestais, número de equipas e o número de elementos de 1.ª intervenção (2010-2012)

			2010			2011			2012		
			N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios	N.º Equipas	N.º Elementos	N.º Incêndios
Fases de perigo	Alfa	1 Jan. - 14 Mai.	0	0	1	0	0	0	0	0	6
	Bravo	15 Mai. 14 Jun.	2	6	1	2	6	0	2	6	1
		15 Jun.- 30 Jun.	6	14	1	6	14	1	6	14	2
	Charlie	1 Jul. - 30 Set.	6	14	10	6	14	8	6	14	7
	Delta	1 Out. - 15 Out.	6	14	0	6	14	0	6	14	0
		16 Out. - 30 Out.	2	6	2	2	6	1	2	6	-
	Echo	1 Nov. 31 Dez.	0	0	0	0	0	0	0	0	-

Fonte: ICNF, 2012

7.1.3. Rescaldo e vigilância pós-incêndio

No **quadro 19** podemos identificar o n.º de reacendimentos desde 2001, os anos de 2005 e 2011 foram os de pior registo, um dos objetivos deste plano é reduzir o n.º de reacendimentos e o desejável é a sua abolição.

Quadro 19 – N.º de reacendimentos (2001-2012-10-15)

	N.º de ocorrências	N.º de reacendimentos	% de reacendimentos
2001	16	0	0
2002	27	1	3,7
2003	15	0	0
2004	17	0	0
2005	45	6	13,33
2006	77	3	3,9
2007	46	1	2,17
2008	55	1	1,82
2009	19	0	0
2010	15	0	0
2011	10	1	10
2012	17	0	0

Fonte: ICNF, 2012

7.2. Planeamento de ações

7.2.1. Metas e indicadores

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Quadro 20: Metas e indicadores das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	Indicadores				
				2013	2014	2015	2016	2017
Vigilância e deteção	% de deteções pelos postos de vigia	GNR	%	75	75	75	75	75
	% de deteções pelas equipas DFCI	GNR, Município, juntas de freguesia e associação de Produtores florestais	%	20	20	20	20	20
Primeira intervenção	Formação de 1 equipa DFCI na fase Charlie e parte das fases Bravo e Delta	Município	Tempo para a 1.ª intervenção	<20m em 95% das ocorrências nos setores adstritos	<20m em 95% das ocorrências nos setores adstritos	<20m em 95% das ocorrências nos setores adstritos	<20m em 95% das ocorrências nos setores adstritos	<20m em 95% das ocorrências nos setores adstritos
	Protocolar com as juntas de freguesia 3 equipas DFCI	Município, juntas de freguesia de Alvito da Beira, Montes da Senhora, Proença-a-Nova e Sobreira Formosa						
	Protocolar com a Associação de Produtores Florestais 2 equipas DFCI	Município e Associação de Produtores Florestais						

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Continuação do quadro 20

Ação	Metas	Responsáveis	Unidades	Indicadores				
				2013	2014	2015	2016	2017
Combate	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate	Bombeiros	Área ardida	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha	<10 ha
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Manutenção de viaturas de combate a incêndios e equipamento de combate e rescaldo	Bombeiros	N.º de reacendimentos	0,3 % das ocorrências	0,3 % das ocorrências	0,2 % das ocorrências	0,2 % das ocorrências	0,1 % das ocorrências
	% de deteções de reacendimentos pelos postos de vigia	GNR	%	90	90	90	90	90
	% de deteções de reacendimentos pelas equipas DFCI	Equipas DFCI		10	10	10	10	10

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

7.2.2. Orçamento e responsáveis

Quadro 21 - Estimativa de orçamento e responsáveis das ações de vigilância, deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio previstas

Ação	Metas e responsáveis	Orçamento (€)				
		2013	2014	2015	2016	2017
Vigilância e deteção, 1.ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.	Coordenação (Câmara Municipal)	10.000	10.500	11.000	11.500	12.000
	Equipa DFCI Município (Câmara Municipal)	12.500	13.000	13.500	14.000	14.500
	Equipa DFCI Alvito/Montes (juntas de freguesia de Alvito da Beira e Montes da Senhora e Câmara Municipal)	12500	13.000	13.500	14.000	14.500
	Equipa DFCI Sobreira Formosa (junta de freguesia de Sobreira Formosa e Câmara Municipal)	12500	13.000	13.500	14.000	14.500
	Equipa DFCI Proença-a-Nova (junta de freguesia de Proença-a-Nova e Câmara Municipal)	12.500	13.000	13.500	14.000	14.500
	2 Equipas de Sapadores Florestais (Associação de Produtores Florestais e Câmara Municipal)	28.000	28.500	29.000	29.500	30.000
	GNR	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	Levantamento dos recursos (materiais e efetivos mobilizáveis) existentes nos Bombeiros voluntários de Proença-a-Nova, com vista à avaliação da sua capacidade operacional e do Município.	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis	Dados não disponíveis
	Total	88.000	91.000	94.000	97.000	100.000

8. Recuperar e reabilitar os ecossistemas (4.º Eixo estratégico)

A recuperação de áreas ardidas deverá ter em vista o aumento futuro da sua resiliência e deve desenvolver-se em dois tempos. Um primeiro, relacionado com a proteção dos recursos e infraestruturas e outro de médio prazo dirigido para a requalificação dos espaços florestais dentro dos princípios da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Objetivo estratégico

- Recuperação e reabilitação dos ecossistemas

Objetivo

operacional

- Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios florestais e implementação de estratégias de reabilitação a curto, médio e longo prazo.

Ações

- Identificar as necessidades potenciais de ações de emergência e de reabilitação para evitar a degradação de recursos e infraestruturas a curto e médio prazo.

- Definição das tipologias de reabilitação a aplicar, promovendo o controlo de erosão, proteção da rede hidrográfica, defesa de infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis.

8.1. Avaliação

8.1.1. Estabilização de emergência

Nas intervenções de emergência há sobretudo que estabelecer prioridades e tipos de intervenção em função dos impactos do fogo.

Por diversas razões com que nos deparamos no concelho como: minifúndio, falta de iniciativa e conhecimentos dos proprietários, falta de programas de incentivos, etc., não se realizaram ações de estabilização de emergência após o grande incêndio de 2003 e dos incêndios de 2005 e 2006.

Contudo, verificamos que houve uma excelente resposta do solo com base na sua capacidade de regeneração da vegetação, não sendo sugerível nesta altura prever intervenções de

emergência a curto ou médio prazo, pelo que não é possível elaborar um mapa com essas áreas.

8.1.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Atendendo a conservação de espécies e habitats florestais, proteção da regeneração natural e controlo de espécies invasoras, atualmente no concelho esses locais não tem expressão significativa e a sua dimensão é tão reduzida que impossibilita a sua realização cartográfica.

8.2. Planeamento das ações

8.2.1. Estabilizações de emergência

Pelo descrito na avaliação efetuada, atualmente não é possível planear ações de estabilização de emergência, contudo e dado plano vigorar por 5 anos devemos considerar que o mesmo é dinâmico e que neste período pode ser revisto para incluir medidas de conservação da água e do solo e conservação da rede viária florestal e infraestruturas hidráulicas, os seus responsáveis e participantes.

8.2.2. Reabilitação de povoamentos e habitats florestais

Tal como no item anterior não é possível planear ações de reabilitação de povoamentos e habitats florestais, contudo durante a vigência do plano poderá ser necessário a inclusão de intervenção nas mesmas bem como a identificação dos responsáveis e participantes.

9. Adoção de uma estrutura orgânica funcional e capaz (5.º Eixo estratégico)

Assente no pressuposto que para a proteção das pessoas, dos seus bens, dos espaços florestais e ambiente, prevenindo as situações que os ponham em perigo ou limitando as consequências destas, o nível Municipal deverá ser o alicerce de toda uma política de prevenção e proteção e socorro. O nível Distrital constitui-se como um patamar de comando operacional único, profissional e permanente, garantindo, entre outras, a coordenação de todas as operações de socorro e assistência no seu Distrito com reflexo a nível nacional.

Objetivo estratégico

- Operacionalizar a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

Objetivo operacional

- Fomentar as operações de DFCI e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Ações

- Identificar as entidades intervenientes no SDFCI, explicitando as suas competências na implementação das diferentes ações.
- Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI.
- Promover a articulação entre as entidades intervenientes no SDFCI, visando a melhoria qualitativa da informação contida no POM.
- Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos.
- Elaboração do cronograma de reuniões da CMDFI.
- Estabelecer a data de aprovação do POM.
- Explicitar o período de vigência do PMDFCI.

9.1. Avaliação

9.1.1. Formação

O objetivo da formação consiste em transmitir maiores conhecimentos e competências para as funções a desempenhar, no **quadro 22** encontramos a identificação das necessidades de formação e do n.º de elementos de cada entidade.

Quadro 22 – Necessidades de formação

Tipo de formação	Entidade a formar	N.º de elementos
Coordenação	Câmara Municipal	1
Divulgar medidas de sensibilização	CMDFCI	10
Vigilância, deteção e 1.ª Intervenção	Câmara Municipal	3
	Juntas de freguesia de Alvito da Beira, Montes da Senhora, Proença-a-Nova e Sobreira Formosa	9
	Sapadores florestais	10
	GNR (postos de vigia)	Sem dados

Continuação do quadro 22

Tipo de formação	Entidade a formar	N.º de elementos
Combate	Bombeiros	± 70
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Câmara Municipal	Referidos nos itens anteriores
	Juntas de freguesia de Alvito da Beira, Montes da Senhora, Proença-a-Nova e Sobreira Formosa	
	Sapadores florestais	
	Bombeiros	

9.2. Planeamento de ações

9.2.1. Organização do sistema de defesa da floresta contra incêndios

No **quadro 23** encontram-se as entidades intervenientes no SDFCI do PMDFCI e identificam-se as competências na implementação das diferentes ações por eixos estratégicos.

Quadro 23 – Entidades responsáveis pelas ações

Eixos estratégicos	Entidades com competências de coordenação e implementação das ações											
	Prop.	EDP	REN	GNR	ASCENDI	Município	ICNF	GENERG	APF	BVPN	JF	PJ
1.º Eixo estratégico	X	X	X	X	X	X		X				
2.º Eixo estratégico						X	X		X	X	X	X
3.º Eixo estratégico				X		X	X		X	X	X	X
4.º Eixo estratégico	X					X	X		X			
5.º Eixo estratégico				X		X	X		X	X	X	

Legenda: **Prop.**- Proprietários, **EDP** - Eletricidade de Portugal, **REN** – Rede Elétrica Nacional, **GNR** – Guarda Nacional Republicana, **ICNF** – Instituto de Conservação das Florestas e da Natureza, **APF** – Associação de Produtores Florestais e Agrícolas do Concelho de Proença-a-Nova, **BVPN** – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Proença-a-Nova, **JF** – Juntas de Freguesia, **PJ** – Polícia Judiciária.

9.2.1.1. Formação

O **quadro 24** estabelece o programa de formação para as diversas entidades e a sua estimativa de orçamento para o período de vigência do PMDFCI (2013-2017).

PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (2013-2017)
CADERNOII PLANO DE AÇÃO

Quadro 24 – Programa de formação e estimativa de orçamento

Tipo de formação	Entidade a formar	N.º de elementos	Orçamento (€)				
			2013	2014	2015	2016	2017
Coordenação	Câmara Municipal	1	250	250	250	250	250
Sensibilização	CMDFCI	10	500	500	500	500	500
Vigilância e deteção e 1.ª intervenção	Câmara Municipal	3	300	300	300	300	300
	Juntas de freguesia de Alvito da Beira, Montes da Senhora, Proença-a-Nova e Sobreira Formosa	9	1.200	1.200	1.200	1.200	1.200
	Sapadores florestais	10	1.250	1.250	1.250	1.250	1.250
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Combate	Bombeiros	±70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Rescaldo e vigilância pós incêndio	Câmara Municipal	3	*	*	*	*	*
	Juntas de freguesia de Alvito da Beira, Montes da Senhora, Proença-a-Nova e Sobreira Formosa	9	*	*	*	*	*
	Sapadores florestais	10	*	*	*	*	*
	GNR (postos de vigia)	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
	Bombeiros	±70	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Total			3.500	3.500	3.500	3.500	3.500

*Englobado no valor da vigilância, deteção e 1.ª intervenção

9.2.1.2. Reuniões da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

Quadro 25 – Cronograma das reuniões anuais da comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios

1 a 15 de abril	Aprovação do plano operacional municipal e alteração do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios sempre que se justifique.
1 a 15 de junho	Definir o início da época estival e ajuste entre as diversas entidades envolvidas nas ações a realizar.
Novembro	Avaliação da época estival.
Sempre que justifique a CMDFCI reunirá fora destas datas.	

9.2.1.3. Aprovação do plano operacional municipal e período de vigência do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios

O plano municipal de defesa da floresta contra incêndios tem um prazo de vigência de cinco anos (2013-2017), é um documento dinâmico, que como foi referido no quadro anterior, será revisto sempre que necessário na 1.ª quinzena de abril, quando a comissão municipal de defesa da floresta contra incêndios procede à aprovação do **plano operacional municipal**. Caso exista um motivo que o justifique o mesmo poderá ser revisto e alterado noutra data.

10. Estimativa de orçamento para implementação do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios

Quadro 26 – Estimativa de orçamento do PMDFCI (2013-2017)

Eixos estratégicos	Orçamento (€)					Total Eixo
	2013	2014	2015	2016	2017	
1.º Eixo Estratégico	1.207.771	691.289	980.381	887.350	768.345	4.535.136
2.º Eixo Estratégico	7.500	7.500	7.500	7.500	7.500	37.500
3.º Eixo Estratégico	88.000	91.000	94.000	97.000	100.000	470.000
4.º Eixo Estratégico	0	0	0	0	0	0
5.º Eixo Estratégico	3.500	3.500	3.500	3.500	3.500	17.500
Total/ano	1.306.771	793.289	1.085.381	995.350	879.345	
Total PMDFCI						5.060.136

11. Referências bibliográficas

Plano Diretor Municipal de Proença-a-Nova, Proença-a-Nova, 1993.

Guia Metodológico Para Elaboração do Plano Municipal/Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. ICNF, 2012.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul. 2006

Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais ICNF, 2012.